

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — Presidente do Conselho

J. A. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Presidente

MAURO GUIMARÃES — Diretor

MARCOS SÁ CORRÉA — Editor

FLÁVIO PINHEIRO — Editor Executivo

6 de abril Custo da Liberdade

Os estudantes do primeiro e do segundo grau tiveram o seu batismo de fogo na vida pública: depois de dez dias na rua, o movimento contabiliza uma vitória. O governo federal voltou atrás de uma decisão que fazia parte de uma correção dos profundos equívocos que amarraram a sociedade brasileira nas mãos do Estado.

A estréia política numa faixa etária que ainda não tem o direito de voto oferece o charme da participação. O lado romântico enche de júbilo o ego juvenil e reconfirma o bolso dos pais, que sofrem sob o peso da inflação, sempre socialmente injusta na distribuição dos sacrifícios que impõe.

O Decreto 95.920, que se destinava a ser um marco no processo de libertação da sociedade submetida ao guante do estatismo, passou a balizar a mão contrária: a educação volta a ser uma atividade tutelada exatamente por um Estado que não conseguiu cumprir a sua responsabilidade de oferecer a opção do ensino público aos pais que não têm condições de dar melhor ensino aos seus filhos.

Depois que amainarem os efeitos pirotécnicos da participação, os pais em primeiro lugar, e mais adiante os próprios estudantes, quando chegarem à idade adulta, poderão avaliar melhor o teor da vitória conseguida em praça pública. O tempo se encarregará de mostrar que não passou de uma vitória de Pirro. A lógica saiu derrotada e, como sempre acontece, prevalecerá no final a demonstração de que a vitória foi apenas aparente.

O Brasil tem 35 mil escolas particulares e 8 milhões de estudantes. O poder público é impotente para gerir esses números. A mobilização de

todas as faixas de idade compreendidas no primeiro e no segundo ciclo, para entregar de novo a educação à empedernida burocracia oficial, tem um avesso profundamente autoritário. Pois a verdade histórica universal é que não se conhecem conquistas democráticas que não sejam arrancadas ao poder do Estado. Dos governos podem advir gestos aparentemente magnânimos, mas nunca o reconhecimento de direitos. Favores oficiais não passam de paternalismo.

Quem pede, em escala coletiva, maior presença do Estado na educação, deve se preparar para as consequências também coletivas. Se os estudantes queriam obter ensino, será melhor que se reservem para a decepção da baixa de qualidade que os espera. O movimento veio à rua num momento em que o ensino público é declarado falido. Como é que se pode resolver com um educador falido, como é o Estado, os problemas da educação particular? A lógica é impiedosa: de um jeito ou de outro, acabará prevalecendo.

Quem reivindica maior presença do Estado se candidata ao arrependimento. Quando o ministro Mailson da Nóbrega declarou que os pais sem condições de manter filhos em escolas particulares devem matrículá-los em escolas públicas, disse a verdade. É possível que o momento fosse inadequado para se ouvir a verdade, mas não é afronta dizê-la por inteiro. Quem se entrega nas mãos do Estado renuncia a uma cota de liberdade. É uma pena que só a idade vá ensinar a esses jovens que partiu deles o golpe de misericórdia da liberdade de ensino. Mais cedo ou que podem imaginar, estarão de novo nas ruas para reivindicar a educação, em qualidade e na quantidade que o poder público já demonstrou ser incapaz de oferecer.